

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1575748 - PR
(2019/0261143-1)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ZACARIAS CARDOSO
AGRAVANTE : MARIO SERGIO CARDOSO
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - PR048250
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADO : RAFAEL SANTOS CARNEIRO - PR042922

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITE O APELO NOBRE COM FULCRO NO ART. 1.040, I, DO NCPC (ANTIGO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/73). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DO ART. 1.042, *CAPUT*, DO NCPC. ERRO GROSSEIRO. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*
2. A interposição do agravo previsto pelo art. 1.042, *caput*, do NCPC, contra decisão proferida pelo Tribunal estadual que nega seguimento ao recurso especial com base no julgamento de recurso repetitivo, constitui erro grosseiro.
3. À exceção do agravo interno, dirigido ao próprio Tribunal estadual, contra a decisão que não admite recurso especial com base no art. 1.040, I, do NCPC (antigo art. 543-C do CPC/1973), não há previsão legal para interposição de outro recurso a fim de dirimir possível recurso, sobe pena de se tornar ineficaz os ditames da Lei nº 11.672/2008.
4. É vedado o exame de inovação recursal no recurso especial.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator